

# PM afasta a imprensa

O juiz Carlos Augusto Machado Faria, coordenador da fiscalização de propaganda eleitoral, chegou a convocar ontem quatro policiais militares e um funcionário do serviço de segurança do Tribunal da Justiça do DF, para evitar seu contato com a imprensa. O incidente aconteceu por volta das 15h em frente à sala do juiz, no sexto andar do anexo do TJDF.

A resistência do juiz em conceder entrevistas aumentou nos últimos dias, quando ele foi bastante procurado em função das duas medidas polêmicas determinadas pelo TRE: a retirada dos outdoors colocados na cidade e a proibição de jornais, rádios e televisões divulgarem entrevistas de candidatos, sob a alegação de evitar o abuso de poder econômico nas campanhas.

Ontem o **CORREIO BRAZILIENSE**, a exemplo do que vem fazendo há vários dias, tentou entrar em contato com o juiz Carlos Augusto. Por volta das 14h30, o repórter Afonso Cozzolino abordou o magistrado, que deixava a sala de sessões da 2ª Vara Criminal e caminhava em direção a sua sala. O juiz não parou, entrando direto na sala e só trocando palavras com o repórter diante da insistência desse, que, com o pé impedindo o fechamento da porta, fazia perguntas. Foram mais ou menos dois minutos de diálogo, com diversas tentativas por parte do juiz de fechar a porta e encerrar a frustrada entrevista. Carlos Augusto se limitou a repetir o que todos já sabiam: "Não tenho nada a declarar", disse ele. "Por que?", perguntou o repórter. "Não vou ficar debatendo minhas decisões na imprensa", respondeu o juiz. "Mas não é debate, é esclarecimento", argumentou o repórter. "Os esclarecimentos estão no ofício que enviei aos meios de comunicação", rebateu o juiz. "Os ofícios não são claros e deixam dúvidas", explicou o repórter. "Não adianta. Não falo com jornalistas nem dou satisfação de meus atos. Qualquer dúvida, peça a seu editor-geral para conversar comigo, uma vez que ele é o responsável legal pelo que você escreve", afirmou o juiz. "O Senhor já teve algum problema com a imprensa?", questionou o repórter. "Não, nenhum. E me dê licença porque tenho que terminar uma sentença", concluiu o juiz, fechando a porta.

Dante da entrevista pouco esclarecedora, o repórter insistiu junto à secretaria do juiz para que ele o recebesse mais tarde. Ela pediu um momento, trancou a porta da sala e não retornou. Dez minutos depois, o repórter bateu novamente à porta. A secretaria apareceu e informou que não seria possível uma nova entrevista. "Ele já conversou com você tudo o que tinha que conversar", justificou-se.

Chegaram, então, os fotógrafos Givaldo Barbosa e Marcos Henrique e a repórter Marta Crisóstomo, todos do **CORREIO**, que decidiram permanecer no corredor do sexto andar do anexo do TJDF, à espera da saída do juiz. Enquanto aguardavam, várias outras pes-

soas bateram à porta da sala de Carlos Augusto, mas não foram atendidas. Irritado, o juiz convocou quatro policiais militares, além de um funcionário da segurança do TJDF. Os soldados entraram, conversaram com o magistrado e à saída pediram que a equipe do **CORREIO** se afastasse da porta. "Por que?", perguntou o repórter Afonso Cozzolino. "Não tem justificativa. O juiz mandou e vocês têm que sair. Por favor, não criem problema", respondeu o sargento PM Edésio, que comandava a "operação". O repórter insistiu em obter uma explicação mais clara, mas logo foi interrompido pelo sargento que informou ser preciso cumprir a ordem para depois questioná-la. "O edifício é público, mas vocês não podem ficar aqui, porque o juiz não quer", afirmou ele.

A equipe do **CORREIO BRAZILIENSE** foi colocada a 15 metros da porta da sala do juiz. Não podia passar de lá. Logo surgiu um novo incidente. A repórter Ana Paula Macedo, também do **CORREIO**, que pretendia ir à 2ª Vara Criminal para conseguir o resultado de um julgamento que nada tinha a ver com a fiscalização eleitoral, foi barrada pelos policiais.

Além de advogados, que passaram a ter acesso à sala de Carlos Augusto, apenas uma pessoa pôde entrar no recinto: o chefe da reportagem do **CORREIO BRAZILIENSE**, Arnolfo Carvalho, que foi ao TJDF em busca de esclarecimentos quanto à proibição de serem publicadas entrevistas com candidatos. Arnolfo só chegou à sala do juiz após identificar-se e mostrar o ofício remetido ao jornal, que provava ser ele chefe de reportagem.

Parecia que tudo estava contornado. Os guardas continuavam impedindo a passagem da imprensa, que já não insistia em falar com o juiz. Por volta das 16h, a repórter Malu Pires, do **Jornal de Brasília**, chegou ao sexto andar do anexo do TJDF e também foi barrada. Todos passaram a aguardar a saída do Carlos Augusto para fotografá-lo. Pouco antes das 17h, ele deixou sua sala, para ir ao TRE, onde participaria de uma reunião com os juízes das zonas eleitorais. Os guardas avançaram sobre os fotógrafos para impedir seu trabalho. Carlos Augusto desceu um andar pelas escadas e tomou o elevador, enquanto o sargento Edésio tentava tomar a máquina do fotógrafo Marcos Henrique. Não conseguiu. Todos — imprensa e guardas — correram para o TRE.

Mais um "round" estava para ser iniciado. O juiz foi cercado no corredor do TRE por fotógrafos. Irritado, reagiu e chegou a atingir a máquina de Ailton Carlos Freitas, do **Jornal de Brasília**. Carlos Augusto correu, então, para uma sala do Tribunal e de lá só saiu muitos minutos depois, após ser convencido pelo assessor de imprensa do TRE, Jézer de Oliveira. Ainda contrariado e visivelmente nervoso, ele trocou algumas palavras com os repórteres: "Não tenho nada a declarar".